

# A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UM CENÁRIO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS<sup>1</sup>

Sérgio Conde de Albite Silva<sup>2</sup>

“Há a presunção de que se pode passar bruscamente de uma causa a um efeito, por curto circuito... A magia ignora a larga cadeia das causas e efeitos... O desejo da simultaneidade entre causa e efeito foi transferido à tecnologia... A tecnologia faz de tudo para que se perca de vista a cadeia de causas e efeitos... (...) confunde-se a imagem da ciência com a da tecnologia... (...) considera-se científico tudo que é tecnológico... Corresponde à escola educar lentamente os jovens para uma reta compreensão dos procedimentos científicos. O dever é mais árduo, porque também o saber transmitido pelas escolas se deposita na memória como uma sequência de episódios milagrosos”.

Umberto Eco

## RESUMO

Trata da relação entre conhecimento científico, tecnologia e política na preservação da informação em arquivos e bibliotecas. Apresenta as referências conceituais pertinentes. Indica a existência de uma relação dialética entre ciência e tecnologia e o processo decisório político na preservação da informação. Defende que o conhecimento científico é a base para a atuação política de arquivistas e bibliotecários nas escolhas e aplicação de tecnologias para a preservação da informação sob sua responsabilidade.

**Palavras-chave:** Preservação. Conhecimento científico. Arquivos.

<sup>1</sup> As idéias centrais contidas neste artigo foram originalmente publicadas em *Páginas a&b - arquivos & bibliotecas*. Lisboa, Portugal: Gabinete de Estudos a&b / Colibri, 2005. p 29-39. ISSN 0873-5670. Para a presente versão, o texto foi revisado, complementado e reescrito.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. sergioalbite@gmail.com

**ABSTRACT**

This article has the aim of discussing the relationship among science and technology and policies in the preservation of the information on archives and libraries. Conceptual references are proposed. It points out the existence of a dialectic relationship between technology and science with the process of policies decisions in the preservation of the information. It shows that the scientific knowledge is the base for the archivists and librarians to act in policies that choose the technologies for the preservation of the information.

**Keywords:** Preservation. Scientific knowledge. Archives.

**A CENA**

Compreende-se que a preservação, hoje, abrange não apenas o documento/suporte, mas a função social da informação materialmente registrada no suporte. Não se atém apenas à causa do dano, mas às consequências do dano. Não é mais uma atividade de cunho individual, de intervenção artesanal, mas uma cooperação científica, interdisciplinar e política. A pergunta não seria mais apenas “como preservar”, mas “por que preservar”, como ensina G  el de Guichen. O profissional que responde pelos acervos de arquivos e bibliotecas, logo, também responsável pela preserva  o da informa  o custodiada, deve, entre outras fun  es, reconhecer a possibilidade da deteriora  o dessa informa  o, o risco de sua perda e a consequência de ambas. Nestes termos, o propósito deste texto    o de apresentar alguns elementos referentes    preserva  o dos registros arquivísticos e bibliográficos e contribuir com a reflexão sobre o tema, procurando identificar limites e interse  es possíveis entre a preserva  o da informa  o e o fazer e pensar de arquivistas e bibliotecários.

Parte-se de três pressupostos.

O primeiro,    que o arquivista ou o bibliotecário, responsável pela preserva  o da informa  o, já dispõem de conhecimentos científicos de sua área para atuar de maneira mais eficaz e eficiente. Ou seja, não    mais suficiente aprender com as práticas dos outros.    preciso recorrer a conhecimentos científicos produzidos cientificamente e verificados metodologicamente. Bachelard diz que fazer ciência    romper com o



senso comum. Assim, a preservação dos acervos em arquivos e bibliotecas depende, cada vez mais, da contribuição científica produzidas por arquivista e bibliotecários. À experiência acumulada pelo conhecimento prático e ao conhecimento científico de outras áreas como a química, física, biologia e engenharia de materiais devem se juntar os estudos implementados por arquivistas e bibliotecários em suas áreas específicas de atuação.

O segundo pressuposto, é que a informação<sup>3</sup> é um fenômeno que ocorre em uma ambiência privada, ou seja, no cérebro humano. É um processo individual, solitário, até ser comunicada.

Nesse sentido, Barreto esclarece:

Tanto o emissor quanto o receptor da informação vivem em uma ambiência privada, seja para a criação, seja para o entendimento da coisa. É uma cerimônia que ocorre em mundos diferentes. Somente a informação explicitada e formatada transita na esfera pública.

Isto significa que a preservação da informação somente será possível quando esta se tornar pública, ou seja, quando for comunicada. É com a comunicação da informação produzida no cérebro humano que o objeto de intervenção e investigação da Arquivologia e da Biblioteconomia se materializa por meio dos registros feitos. Um exemplo que pode contribuir para se evitar armadilhas desse tipo é a estratégia adotada de alguns anos para cá em diversas áreas do conhecimento, cujos organizadores passaram a antecipar a publicação dos Anais dos respectivos congressos para que os exemplares destes pudessem ser entregues aos participantes logo na sessão de abertura do evento. Ora, a publicação antecipada dos Anais, se, de um lado, agiliza a divulgação do teor das palestras, de outro, desconsidera as intervenções, as perguntas, as respostas e os debates que se desenvolverão durante o congresso. Ou seja, perde-se, talvez, o que há de mais significativo em uma reunião científica desse tipo, aonde a presença física dos participantes e o confronto de idéias vai além da comunicação escrita anteriormente. Perde-se informação. Para sempre.

O terceiro pressuposto, é que a preservação de acervos em arquivos e bibliotecas exige uma estratégia preventiva. É necessário antever a perda,

<sup>3</sup> "Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, discos compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada" (Silva; Ribeiro, 2002, p. 37).

o risco ou a possibilidade da degradação do material que contém o registro da informação. Para prevenir é necessário conhecer, e para conhecer é necessário medir. Com o resultado dessa medição, se conhecem as condições do acervo. Isso propicia a formulação de intervenções técnicas, cuja aplicação exige planejamento. Implementar um planejamento requer atuação política, participação nas decisões e obtenção de recursos financeiros. Essa circunstância ganha ainda maior relevância com o crescimento em escala geométrica do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) contemporâneas em arquivos e bibliotecas. O uso crescente das TICs em arquivos e bibliotecas traz novos e complexos desafios. Em poucas palavras, pode-se afirmar que, com a proliferação dos documentos digitais em arquivos e bibliotecas, torna-se urgente diminuir a ênfase na preservação do suporte a posteriori e aumentar as garantias de processabilidade da informação no tempo e no espaço desde a produção do documento.

Entende-se, então, que a preservação é hoje um triedro que envolve conhecimento científico, escolhas tecnológicas e atuação política.

Aos recursos tecnológicos, humanos, materiais e financeiros de sempre, espera-se, agora, uma participação e influência política mais contundente de arquivistas e bibliotecários. Uma alteração desse tipo, não acontecerá sem que arquivistas e bibliotecários busquem aprimoramento científico, capacitem-se para a pesquisa (por meio de cursos de mestrado e doutorado) e assumam a dimensão política de seu fazer e pensar profissional. Apesar de tratar-se de um processo ainda em fase inicial de construção, já é estimulante e significativo que comecem a ser cada vez mais frequentes as manifestações e sintomas desse ânimo transformador.

Arquivistas e bibliotecários, responsáveis pela preservação dos acervos classificados como de guarda permanente têm se deparado, em seus ambientes de trabalho, com uma espécie de equação a ser resolvida, nos seguintes termos: precisão e rapidez no acesso contínuo da informação registrada *versus* segurança e qualidade nas condições de uso a longo prazo dessa informação.



## A AÇÃO

Por preservação entende-se “toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência e durabilidade aos materiais dos suportes que contêm a informação” (Silva, 1998, p. 9). Isto significa que a preservação incorpora a conservação (salvaguardar), a restauração (recuperar) e a conservação preventiva (proporcionar permanência e durabilidade). Ou seja, a conservação, a restauração e conservação preventiva são subconjuntos do conjunto preservação. A essa preservação agrega-se, ainda, o planejamento, o financiamento, as decisões administrativas, a gestão e as escolhas políticas e tecnológicas. Ou seja, a preservação é toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e em atenção às políticas institucionais, visa a garantir estabilidade química (permanência) e resistência mecânica (durabilidade) aos materiais que compõem os suportes onde está registrada a informação. O seu impacto vai, portanto, muito além da obra e do acervo.

Para Paul Conway, Diretor de Preservação da Biblioteca da Universidade de Yale, EUA, preservação significa

(...) a aquisição, organização e distribuição de recursos, a fim de impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais. (...) Pessoas, fundos e materiais devem ser requeridos, organizados e postos em operação para assegurar que será dada proteção adequada às fontes de informação. A Preservação preocupa-se com os objetos propriamente ditos e com a evidência - que Michael Buckland (1991) chama de ‘informação enquanto coisa’ - embutida no conteúdo intelectual dos objetos. (...) preservação compreende todas as políticas, procedimentos e processos que, juntos, evitam a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos, prorrogam a informação que contêm e intensificam sua importância funcional. **A distinção entre a importância do conteúdo e a importância do artefato** está no centro vital de um processo de tomada de decisão (...)” (Conway, 1996, p. 6, grifo nosso).

Nessa circunstância, a restauração e a conservação devem ser entendidas como ações corretivas que intervêm na estrutura dos materiais, visando a melhorar o seu estado físico. Ambas implicam em tratamento

individual, obra a obra, item a item. Mais precisamente, a restauração implica na intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de recuperar, o mais próximo possível, as condições originais desse suporte, sem que se perca a sua unidade informacional. A conservação, por sua vez, implica na intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de assegurar uma vida a mais longa possível, possibilitando o acesso físico do documento a gerações futuras. Ambas são ações corretivas, tomadas quando o documento já estiver danificado.

A conservação preventiva implica na melhoria e controle do meio ambiente na área de guarda dos acervos, no acondicionamento, na armazenagem e no uso e manuseio dos documentos com o objetivo de retardar o início do processo de degradação dos suportes. Diferentemente das duas primeiras, a conservação preventiva é uma intervenção indireta, que tenta se antecipar ao dano, uma vez que considera a totalidade do acervo e dos agentes humanos (técnicos e usuários), sendo, pois, um tratamento realizado em função do conjunto do acervo de forma ininterrupta, contínua (Silva, 1998, p. 9).

### **OS ATORES EM CENA**

Nessa circunstância, para preservar a informação registrada em qualquer suporte material, o arquivista e o bibliotecário terão a sua atuação profissional, condicionada por uma cooperação interdisciplinar<sup>4</sup>. As suas decisões de caráter técnico, científico ou político estarão assim amparadas por um diálogo interdisciplinar. O que pode evitar aventuras fora de seu campo específico de saber. Isto é, aos arquivistas e bibliotecários não mais caberá despendar tempo a obturar furos e rasgos produzidos por anóbios ou térmitas em livros e documentos em papel, ou dar banhos de produtos perigosos e mal-cheirosos, com os quais não tem intimidade de trato e conhecimento, para, por exemplo, a remoção de fungos de fitas de áudio e vídeo. Para isso

<sup>4</sup> A interdisciplinaridade, no sentido apresentado por Japiassu (1976), significa a valorização das diferenças entre as disciplinas ante um mesmo objeto observado e pelo resultado consensual da observação. Na atuação interdisciplinar, o sujeito científico, frente ao seu objeto de estudo, deve valorizar as diferenças, as especificidades e os limites de sua disciplina em relação às outras disciplinas que participam da solução de um problema. Ou seja, ante e antes do objeto de estudo, as diferenças de cada uma das disciplinas que participam da pesquisa devem ser valorizadas para que, após o estudo do objeto, as conclusões convirjam. Isto é, antes do objeto as diferenças entre as disciplinas são valorizadas. Após o objeto as disciplinas convergem para o consenso.



existem os conservadores/restauradores. O bacharel em Arquivologia ou em Biblioteconomia não é, *a priori*, um conservador/restaurador para atuar como tal. Para que se torne um conservador/restaurador, o arquivista/bibliotecário teria de adquirir um conhecimento adicional e complementar. Estudaria física, biologia, química, engenharia dos materiais etc. Teria uma outra formação. No entanto, a responsabilidade pela preservação da informação em arquivos e bibliotecas continua sendo, inexoravelmente, de arquivista e bibliotecários e se dará por meio do conhecimento específico de sua área e de sua influência política nas decisões referentes à manutenção dos acervos. Ao identificar a tempo a ameaça que a informação sofre ou pode sofrer, por corrupção do material do suporte, aumentam as chances de se garantir a permanência da informação a longo prazo.

Evidentemente, que a atual diversidade dos suportes e da proliferação dos meios de produção, controle, armazenamento e distribuição da informação implicam na ampliação proporcional do conhecimento, do desempenho e da participação efetiva do profissional da informação, inclusive nas escolhas políticas inerentes ao processo. Dessa forma, a preservação deixa de ser empírica, artesanal e sensorial para ser técnica, científica e política.

Em síntese, o eixo da preservação se desloca do tipo e da profundidade da intervenção direta sobre o acervo para as escolhas éticas, filosóficas, conceituais, epistemológicas e ideológicas que possam, o acesso da informação de forma contínua e a longo prazo. Isto implica em uma reformulação do dispositivo metodológico vigente.

Não é uma questão simples e é preciso que se reconheça o grau de complexidade do problema. Também não se trata de uma questão meramente técnica. Nem apenas científica. É, também, uma questão política. Envolve decisões e escolhas. É política e tecnológica. Envolve conhecimento e política. É de caráter ético. Envolve dinheiro, disputa por rubricas orçamentárias, financiamento, elementos que nem sempre fazem parte das preocupações profissionais de arquivistas e bibliotecários.

E o objetivo, hoje, não é mais apenas preservar a memória, a história, o patrimônio, a cultura, mas as múltiplas formas de informação e comunicação produzidas pelas atividades humanas: informações públicas, privadas, institucionais, pessoais etc. O que nos leva a um paradoxo, pois é possível se perceber a existência de uma espécie de contradição entre a necessidade de

se preservar a informação e a de disseminá-la. Há uma contradição entre as necessidades e o uso da informação por parte da sociedade e dos indivíduos a qualquer tempo e lugar e as garantias de durabilidade e permanência a serem oferecidas a essa mesma informação. Como resolver o paradoxo entre oferecer acesso contínuo e garantir a preservação a longo prazo?

Esta situação torna-se ainda mais complexa com a proliferação do uso das redes de comunicação e microcomputadores. É importante observar que as perdas de informação registrada em documentos digitais, em um primeiro momento, se dão da mesma forma que as perdas da informação registrada nos documentos analógicos. Ocorrem no universo microscópico. São perdas silenciosas. Quando são visíveis a olho nu, pode ser tarde demais. Entretanto, nos documentos digitais há um risco adicional a ser considerado: sua durabilidade e permanência não acontece por acaso. Nessa circunstância, a prevenção é aspecto central na preservação desse tipo de documento. Depende de clara intenção e planejamento de se preservar. Depende, antecipadamente, de recursos orçamentários contínuos e suficientes.

Se cabe aos arquivistas e bibliotecários oferecer as orientações e as diretrizes técnicas e científicas capazes de embasarem as posteriores escolhas, abre-se a possibilidade de uma participação central nas decisões políticas para preservação. A ameaça parece não estar no uso desta ou daquela tecnologia em si, ou na carência de avaliação mais precisa das necessidades e possibilidades existentes, mas, principalmente, na fragilidade do diálogo até agora empreendido entre aqueles que possuem conhecimento técnico/científico e os que ocupam cargos de direção e decisão.

A partir desse contexto e perspectiva, constata-se que a atuação política de arquivistas e bibliotecários ainda é tímida e periférica nesse processo. O problema apresentado é complexo, mas é exatamente neste quadro complexo e ainda indefinido no campo da preservação da informação de arquivos e bibliotecas que se pode obter os referenciais epistemológicos capazes de oferecer segurança e integridade aos registros para uso e disseminação da informação de forma contínua e a longo prazo.

Posto de outra forma.

Se se aceita a impossibilidade de preservação da totalidade dos registros da experiência humana (Menezes, 1994), isto implica em escolher. A escolha de um determinado acervo para preservação implica na escolha de um outro



para deterioração (conforme Atkinson, 1997, p. 14.). Então, a preservação não depende apenas de intervenção técnica. Ela depende, fundamentalmente, dos que tomam as decisões, dos que escolhem. Como arquivistas e bibliotecários podem atuar nesse contexto? Cabe-lhes oferecer, aos seus interlocutores (os que decidem) os referenciais científicos e tecnológicos (conhecimento) e por meio deles participar e influenciar no processo de escolhas tecnológicas (política). Observa-se que há uma relação interdependente entre a plataforma tecnológica disponível e a forma e orientação das decisões políticas. Ou seja, a definição e implementação de políticas para preservação têm como um dos seus condicionantes fundamentais a opção por uma ou mais tecnologias de informação. E a escolha de uma ou mais tecnologias sobre as quais se baseia uma política de preservação resulta de opções não só tecnológicas como políticas. Reconhece-se a existência de uma relação dialética envolvendo ambas dimensões: a tecnológica e a política (Silva, 1998, p. 12).

Quem escolhe o quê, para quê e por quê? Por que se microfilma? Por que se digitaliza? O que está sendo microfilmado? O que está sendo digitalizado? Como preservar a informação produzida e existente exclusivamente em formato eletrônico e digital (*born digital documents*)? Conhecemos as tecnologias a serem utilizadas? Conhecemos as possibilidades dos equipamentos? Como serão usadas tais tecnologias? Quais as possibilidades da sociedade usufruir as informações reformatadas? Microfilmar é a solução? Digitalizar é a solução? Há compatibilidade entre os diferentes *softwares* a serem utilizados para migração da informação? Haverá risco de perda de dados nessa migração? Há recursos humanos, tecnológicos e financeiros<sup>5</sup> suficientes para implementar um programa de preservação a longo prazo?

A decisão de o quê preservar hoje e o por quê de tal preservação exige que se conheçam as bases morais, éticas, filosóficas, epistemológicas e ideológicas que compõem os critérios que estabelecem as decisões políticas para a preservação da informação, seja pública ou privada, pessoal ou institucional. Ratifica-se que a participação de arquivistas e bibliotecários deverá se dar politicamente pela oferta de referenciais técnicos/científicos que possam influir nas opções e decisões políticas. Referenciais esses obtidos a partir de um diálogo anterior com especialistas de outras áreas de

<sup>5</sup> O abastecimento de rubricas orçamentárias para preservação nas instituições é um dos sinais mais nítidos de uma opção política pela preservação.

conhecimento, como biólogos, químicos, conservadores/restauradores etc.

Na tentativa de materializar algumas das diretrizes apontadas neste artigo, apresentam-se a seguir sete parâmetros de ordem geral para a atuação interdisciplinar e política do arquivista e do bibliotecário na preservação da informação. Apesar de divididos em itens, todos estão inteiramente relacionados e são interdependentes. São eles:

1) Conhecer a **função social** do objeto de intervenção. Isto significa identificar o grau de utilidade social do acervo que virá a receber o privilégio da sua preservação.

2) Observar a necessidade e a profundidade da intervenção proposta. Ou seja, pautar-se por um comportamento **ético**, onde a necessidade de intervir seja clara. Há realmente necessidade de intervenção? A informação sucumbirá, sem a intervenção de preservação? Há segurança na intervenção proposta? Os resultados satisfarão as necessidades identificadas?

3) Acompanhar a realização de um **diagnóstico** preciso e metódico, onde a identificação da natureza do suporte, da natureza da informação e das causas da deterioração não deixem espaços para muitas dúvidas e conjecturas. Quais as possibilidades físicas de intervenção? Qual a natureza da patologia? Qual o alcance e a segurança da tecnologia indicada?

4) Manter um **“diálogo”** constante com o objeto/acervo durante todo o tempo da execução da intervenção proposta, observando as suas reações.

5) Tentar garantir a capacidade de **reversão** do tratamento aplicado. Isto é, procurar um tratamento que assegure alteração mínima das condições originais do acervo e que, ao mesmo tempo, possibilite, eventualmente, a retirada dos materiais usados na intervenção.

6) Atuar em estrita cooperação **interdisciplinar**, entendendo que a interdisciplinaridade reafirma a compartimentação das diferentes disciplinas envolvidas em relação ao objeto da intervenção. O objeto de intervenção é abordado dos diferentes pontos de vista de cada disciplina, e essa separação dos pontos de vista de cada disciplina deve ser valorizado, mas o resultado dessas observações e as propostas resultantes devem ser consensuais, conforme Hilton Japiassu (1976).

7) **Documentar** (por meio de atas, relatórios, fotografias, vídeos etc.) todos os aspectos do planejamento, do projeto e da execução da intervenção.

Há, ainda, que se considerar responsabilidades administrativas,



identificar recursos financeiros e humanos, envolver todo o corpo institucional, salientar a importância da continuidade das intervenções, supervisionar as atividades, verificar os resultados, medir e projetar ações para que estas preservem as séries documentais sempre crescentes.

A hipótese é que, dessa forma, aumenta-se em muito a possibilidade de se resolver o paradoxo existente entre o acesso à informação e a preservação dos registros no tempo e no espaço.

Japiassu (1994, p. 188) afirma que

(...) nenhum discurso é completamente livre, nem tampouco seus resultados podem ser inteiramente objetivos. Isto nos leva a reconhecer que toda pesquisa científica, tanto por seu ponto de partida, quanto por seu ponto de chegada, está profundamente marcada por seu enquadramento sócio-cultural. Ela se apresenta, pois, sobrecarregada de significação ideológica. Deixar de examinar a inserção do conhecimento na prática, seria deixar em silêncio aspectos importantes dos problemas concernentes a seu método. A análise epistemológica só de modo arbitrário pode dissociar uma ciência teórica de sua técnica de aplicação. Elas dão sentido uma à outra. E, em larga escala, determinam-se reciprocamente.

É também nesse sentido que Japiassu diz ser difícil e perigoso propor conclusões. Assim, desvincular o problema da preservação da informação de sua dimensão política sem colocar em risco a própria informação, objeto último de todo esforço, parece, no mínimo, temerário. Este artigo procurou apresentar alguns aspectos que pareceram poder contribuir com o pensar o fazer de arquivistas e bibliotecários em relação à preservação da informação.

Parece-nos, também, que cabe às Universidades, no ensino e na pesquisa, um papel importante na oferta de instrumentos para que os envolvidos na questão possam contribuir na transformação de uma abordagem empírica e prática, ainda em vigor, e que acaba por perpetuar as dificuldades do cumprimento da função social da informação, para uma abordagem não apenas técnica mas, também, científica e política.

Artigo recebido em: 02/05/2011  
Aceito para publicação: 02/10/2011

## REFERÊNCIAS

ATKINSON, Ross W. **Seleção para preservação: uma abordagem materialística**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos / Arquivo Nacional, 1997.

BACHELARD, Gaston. **La formación del espíritu científico – contribución a un psicoanálisis del conocimiento objetivo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1975.

BARRETO, Aldo Albuquerque. **Lista de divulgação, discussão e crônicas do IASI – Instituto para a Inserção na Sociedade da Informação**. Em 26/02/2004. Disponível em: <<http://www.e-iasi.org>>.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos / Arquivo Nacional, 1997.

ECO, Umberto. O mago e o cientista. Conferência Científica Internacional, proferida em Roma, dezembro de 2002. **Diario El País** - Madri, Espanha. Disponível em: <<http://www.sindominio.net/biblioweb-old/escepticos/eco.html>>. Acesso em 11 mar. 2011.

GUICHEN, Gaël de. La conservation préventive: un changement profond de mentalité. **Cahiers d'étude**. Université Libre de Bruxelles, Belgique, Comité de Conservation, ICOM-CC. p. 4-6. Disponível em: <[http://www.museum.or.jp/icom/study\\_series\\_pdf/1\\_ICOM-CC.pdf](http://www.museum.or.jp/icom/study_series_pdf/1_ICOM-CC.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.



MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. **Anais do Museu Paulista. Nova Série Universidade**, v. 2, São Paulo, jan./dez., 1994.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Julio; REAL Manuel Luís. **Arquivística** – teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB / FAPERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

WARD, Philip. **La conservación del patrimonio: carrera contra el reloj**. California: Getty Institute, 1986.